



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

PARECER OPP

Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH)

Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida

PARECER OPP – Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida

Parecer OPP – Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida, publicado pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.

A informação que consta deste documento, elaborado em Junho de 2022, e na qual ele se baseia foi obtida a partir de fontes que os autores consideram fiáveis. Esta publicação ou partes dela podem ser reproduzidas, copiadas ou transmitidas com fins não comerciais, desde que o trabalho seja adequadamente citado, conforme indicado abaixo.

Sugestão de citação: Ordem dos Psicólogos Portugueses (2022). Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Para mais esclarecimentos contacte Ciência e Prática Psicológicas:
andresa.oliveira@ordemdopsicologos.pt.

Ordem dos Psicólogos Portugueses Av. Fontes Pereira de Melo 19 D 1050-116 Lisboa T: +351 213 400 250
Tlm: +351 962 703 815 www.ordemdopsicologos.pt.

Parecer OPP

Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida

Recomendações para a Acção

- Considerar que a complexidade das questões relacionadas com a Morte Medicamente Assistida podem ser pouco compatíveis com um processo legislativo orientado pelo resultado de um referendo, resumido numa resposta "sim" ou "não".
- Considerar que é essencial enriquecer uma discussão informada sobre esta temática, que inclua as dimensões psicológicas da Morte Medicamente Assistida.
- Considerar que é crucial promover a literacia em Saúde para existir uma participação responsável em debates políticos relacionados com a Saúde.
- Incluir, na auscultação das entidades competentes, para efeito da emissão do Parecer do Conselho Nacional de Saúde (previsto no artigo 18º A), a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

O presente documento surge no âmbito da solicitação de Parecer, por parte da Direcção de Apoio Parlamentar da Assembleia da República, acerca do Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª, do Chega (CH), que prevê a “realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida”.

Começamos por sublinhar que a **OPP não se posiciona a favor ou contra a Morte Medicamente Assistida ou procura manifestar-se sobre as questões legais e políticas envolvidas**, mas sim sugerir formas através das quais os Psicólogos e Psicólogas são úteis e devem ser envolvidos/as na discussão de aspectos relacionados com o fim de vida, nomeadamente a Morte Medicamente Assistida.

Os Psicólogos e Psicólogas são profissionais especializados/a no comportamento humano, com uma intervenção abrangente e multidisciplinar, que não se restringe ao domínio da Saúde, antes abarca a compreensão de todas as dimensões do indivíduo. Neste sentido, sublinhamos que **os/as Psicólogos e Psicólogas devem desempenhar um papel activo nos pedidos de Morte Medicamente Assistida**, dadas as múltiplas e indispensáveis funções que assumem neste contexto.

Recordamos, a este propósito, o *Contributo Científico* **Papel e Importância dos Psicólogos na Morte Medicamente Assistida** (OPP, 2021), [versão actualizada](#), que alude a algumas das dimensões psicológicas da Morte Medicamente Assistida, procurando contribuir para a reflexão

PARECER OPP – Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida

e o debate acerca desta matéria no que ao papel e à importância dos/as Psicólogos/as diz respeito.

A propósito do Projecto de Lei em apreço, destacamos o facto da enorme complexidade da questão em análise poder ser pouco compatível com um processo legislativo orientado pelo resultado de um referendo, resumido numa resposta “sim” ou “não” a uma questão única e, também por isso, necessariamente redutora.

Acresce que, embora nos últimos anos tenha havido um interesse social crescente, nacional e internacionalmente, bem como um debate relativo às temáticas relacionadas com o fim da vida, incluindo a discussão da Morte Medicamente Assistida, a investigação existente sobre a Morte Medicamente Assistida ainda é escassa. É necessário desenvolver mais evidências científicas que permitam compreender o desejo de morrer e a influência de vários factores nesse desejo, bem como suportem e informem as opções a tomar nestes processos.

Sendo possível aduzir argumentos contra e a favor, é sobretudo necessário **enriquecer uma discussão informada sobre esta temática**, que **inclua as dimensões psicológicas** da Morte Medicamente Assistida. Os **Psicólogos e Psicólogas podem promover a literacia** da população sobre a Morte Medicamente Assistida, informando sobre os aspectos psicológicos e psicossociais envolvidos neste processo, particularmente os associados ao conceito de sofrimento.

As questões de fim de vida envolvem aspectos individuais (como a liberdade, autonomia e auto-determinação), mas também aspectos sociais, económicos e culturais, que influenciam as crenças, valores e significados atribuídos. Por exemplo, a níveis mais elevados de escolaridade correspondem, com maior frequência, atitudes reflexivas e críticas e maior capacidade de procurar informação fidedigna.

Em termos gerais, **existe um défice de literacia em Saúde**, que também pode contribuir para polarizar a discussão pública sobre este tema, conduzindo, potencialmente, a respostas pouco informadas a um referendo. De facto, 11% da população portuguesa apresenta níveis *inadequados* de literacia em saúde, enquanto 38% apresenta níveis *problemáticos*. Já no que respeita à literacia em cuidados de Saúde, 45% possui uma literacia limitada (inadequada ou problemática).

Esta realidade pode ser potencialmente agravada pela abordagem mediática à Morte Medicamente Assistida, à qual falta, não raras vezes, informação baseada na evidência científica disponível e a consideração de outras dimensões relevantes (por exemplo, a importância de uma rede de cuidados paliativos).

Os profissionais da Psicologia desempenham um papel incontornável na promoção da literacia em Saúde. Níveis mais elevados de literacia em Saúde e em Saúde Psicológica não promovem apenas a tomada de decisão informada, mas também a participação responsável em debates políticos relacionados com a Saúde.

PARECER OPP – Projecto de Lei n.º 95/XV/1ª (CH) - Realização obrigatória de um referendo sobre a despenalização da Morte Medicamente Assistida

Por último, julgamos fundamental que seja incluída, na auscultação das entidades competentes, para efeito da emissão do Parecer do Conselho Nacional de Saúde (previsto no artigo 18º A), a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Reforçando o nosso entendimento de que a decisão sobre as iniciativas legislativas deverá contemplar os aspectos e os factores psicológicos que influenciam o processo de Morte Medicamente Assistida, assim como o papel essencial que os/as Psicólogos/as e a intervenção psicológica podem ter neste contexto, renovamos a nossa disponibilidade para continuar a contribuir para a reflexão e debate sobre a Morte Medicamente Assistida, sempre que considerado pertinente.



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

www.ordemdospsicologos.pt
www.recursos.ordemdospsicologos.pt/repositorio
www.eusinto.me